



RESUMO DO 1º SEMINÁRIO SOBRE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA O CAMPUS ZONA LESTE

O seminário teve como objetivo ampliar a discussão, no âmbito da comunidade acadêmica da UNIFESP, a respeito das diretrizes do Projeto Político-Pedagógico da UNIFESP na Zona Leste elaboradas pela comissão mista do Conselho Universitário (CONSU). A comissão sugere um Instituto das Cidades e Assentamentos Humanos. Este tema gerador permitirá a oferta de cursos de graduação ainda inexistentes no rol de carreiras já contempladas na UNIFESP e, estruturá-los pedagogicamente, propiciando a interdisciplinaridade entre diferentes áreas do saber, favorecendo uma visão integrada entre humanidades e ciências exatas, articulando a formação de diferentes profissionais, como o engenheiro civil, o engenheiro de transporte, o engenheiro sanitário e ambiental, o arquiteto, o geógrafo, o designer público, o profissional do turismo e o gestor de políticas culturais. O tema também é parte fundamental da definição das condições e qualidades da vida cotidiana dos indivíduos, o que permitirá uma relação promissora entre ensino, pesquisa, extensão, e destes, com as políticas públicas e os direitos dos cidadãos.

Programação

Local: Teatro Marcos Lindenberg – Campus São Paulo
Rua Botucatu, 862 - Vila Clementino

Abertura (13/02 – 9h00)

Reitora, Profa. Dra. Soraya Smaili
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Sr. Fernando de Melo Franco, representando a Prefeitura de São Paulo
Sra. Ana Martins, representando o Movimento pela Universidade Federal na Zona Leste.

Mesa 1 (13/02 – 9h45 às 12h15)

Estado, Políticas e Planejamento Territorial

Ermínia Maricato (Arquiteta e Urbanista)
Lucio Gregori (Engenheiro)
Fabio L. B. dos Santos - UNIFESP Osasco



Mesa 2 (13/02 – 14h00 às 16h30)

Urbanização, Cultura e Produção social do espaço

Maria Adélia de Souza (Geógrafa)

Rosana Miranda (Arquiteta e Urbanista)

Célio Roberto Turino de Miranda (Historiador)

Prof. Zysman Neiman - UNIFESP Diadema

Mesa 3 (14/02 – 9h30 às 12h00)

**Modelo de integração interdisciplinar em Cidades:
disciplinas de projetos, suas teorias e métodos.**

Mauro Zilbovicius (Engenheiro)

Manuel Fernandes de Sousa Neto (Geógrafo)

Ricardo de Sousa Moretti (Engenheiro)

Virginia Junqueira - UNIFESP Baixada Santista



A. Resumo das principais propostas apresentadas durante o Seminário

1. Sobre a pertinência de um Instituto temático e recorte do tema

- Todos os convidados confirmaram que a opção por um tema de conhecimento complexo é o ideal para articular formações diferenciadas e práticas interdisciplinares;
- O tema Cidades e/ou Metrôpoles foi considerado muito promissor para isso e tema emergente no Brasil e no Mundo, em urbanização acelerada e caos urbano;
- Deve-se avançar numa definição epistemológica mais precisa de caracterização do tema, conceitual e política, e do viés com que será abordado;
- Foi sugerido por mais que um debatedor o mote das “desigualdades sócio-espaciais e como enfrentá-las”, como mote da proposta política-pedagógica;
- A Profa. Ermínia Maricato afirmou que a centralidade deve ser dada a questão do uso, ocupação e propriedade do solo urbano”, pois o nó da desigualdade é a terra.

2. Sobre o título do Instituto

- Profa. Maria Adélia fez duas sugestões de nomes alternativos: “Instituto de Estudos Estratégicos das Metrôpoles” ou “Instituto de Estudos Estratégicos da Dinâmica de Uso dos Lugares”;
- Sra. Ana Martins, representando o Movimento da Zona Leste, comentou que o título tem que ser claro para o povo, não pode ser hermético;
- Demais convidados consideram que os nomes Cidades ou Metrôpoles são fortes e claros para o nome do Instituto;
- A denominação complementar proposta, “assentamentos humanos”, apesar de bem vinda por abarcar outros povoamentos que não as grandes cidades, foi questionado como excessivamente metafórico e/ou associado à ONU.

3. Sobre o perfil do formando

- Houve consenso de que os formandos no Instituto não serão profissionais convencionais das áreas de engenharia, arquitetura, geografia, turismo, design, etc. Mesmo que mantenham essas denominações, para fins de Diploma e aprovação no MEC, eles terão um perfil diferenciado;
- Foi mencionado que deverão ser primeiramente Urbanistas, Estrategistas Urbanos ou um nome geral comum para o profissional que pensa e atua na transformação das cidades/metrôpoles e seus territórios, e num segundo grau assumem as formações disciplinares. Como afirma a Profa. Maria Adélia: “é o trabalhador de excelência da metropolização, é de quem o mundo inteiro está precisando”;



- Ainda a Prof. Maria Adélia sugeriu a seguinte redação: “o egresso tem que ter competência teórica e técnica e comprometimento ético e político com o conhecimento e lidar com uma metrópole do porte de São Paulo.” E ainda, realizar análises territoriais e traçar estratégias para as políticas urbanas;
- Além do perfil de estrategista foi mencionada a importância de uma formação técnica contextualizada, ao mesmo tempo atualizada, informada, crítica e capaz de promover a pesquisa de soluções práticas.

4. Sobre o aprendizado baseado em problemas e projetos

- Foi outro consenso que a formação de profissionais orientados para projetos e aplicação prática das ciências (duras e sociais) deve ter seu aprendizado baseado na análise e resolução de problemas, conhecimento de seu contexto, diálogo com a população e realização de projetos interdisciplinares;
- Criticou-se a formação do tipo ciclo básico, concentrado em matérias duras, que desanimam os estudantes, tem alta taxa de reprovação e estimulam a evasão e o desinteresse pela formação. Desde o princípio o estudante deve ser confrontado com problemas reais, métodos, história e teoria, todos relacionados a partir do problema e não dados a priori;
- O projeto não deve ser visto apenas como desenho. Como enfatizou o arquiteto e Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Fernando Mello Franco, o projeto é um campo de pactuação e embate político mediado por ideias na forma de desenhos que orientam soluções para problemas complexos.

5. Sobre a formação interdisciplinar e possível Bacharelado

- Foi consenso a respeito de momentos de formação disciplinar e interdisciplinar que devem ocorrer concomitantemente, em ateliês, sala de aula e pesquisas de campo. Professores com formações diferentes devem ser chamados para abordar com diferentes olhares o mesmo problema;
- Seleção de professores é fundamental para atrair profissionais interessados e capazes de fortalecer um projeto pedagógico interdisciplinar, que contraria a forma hegemônica de mensuração de produtividade ultra especializada. Esses professores devem estar conscientes desse desafio e sua seleção deve favorecer formas de avaliação para isso, por meio de projetos de pesquisa e extensão, histórico de atuação, etc;
- Não houve consenso a respeito do modo de realizar a interdisciplinaridade na formação, se por meio de eixos comuns ou de bacharelado. Temos as duas situações na Unifesp, que podem nos servir de parâmetro;
- Prof. Ricardo Moretti, da UFABC defendeu enfaticamente o Bacharelado, reconhecendo que mesmo na UFABC ele sofre sério problemas. Segundo ele o



problema na verdade não é do formato Bacharelado mas o modo como são ensinadas as disciplinas básicas de matemática e ciências. Sugere um Bacharelado mas aberto, com optativas em que o estudante já possa conhecer melhor as terminações que irá optar a partir do terceiro ano. Prof. Moretti sugere o título de “Bacharelado em Tecnologias e Políticas Urbanas” ou “Bacharelado em Cidades”.

6. Sobre as engenharias e suas especializações

- Os três engenheiros que participaram das mesas (Gregori, Zilbovicius e Moretti) foram unânimes em defender engenharias mais generalistas, como a civil e ambiental, contra engenharias muito especializadas, como a de transportes (ou mecânica e elétrica). A Engenharia foi comparada à formação do médico, que é médico em primeiro lugar, tem formação generalista, antes de se especializar. As engenharias estão sendo precocemente especializadas;
- O Eng. Lúcio Gregori ainda defendeu um “engenheiro genérico”, preparado para resolver quaisquer tipos de problemas, de modo a poder renovar-se durante os seus 50 anos de vida profissional. O mais importante é que esse engenheiro tenha uma formação capaz de compreender a relação entre técnica e sociedade, os contextos em que atua e como se posicionar de forma crítica e fundamentada em cada tomada de decisão, em cada projeto e pesquisa de solução. Propôs que não se usasse a palavra urbanismo apenas no curso de arquitetura e urbanismo, pois poderia dar margem a equívocos em relação aos cursos de engenharia, por exemplo;
- Sugeriram que a Engenharia Civil poderia ter ênfases diferentes ao final do curso, e transportes urbanos e mobilidade seria uma delas. Do mesmo modo a Arquitetura poderia ter ênfase em Habitação, por exemplo;
- O prof. Pedro Arantes sugeriu que analisássemos os cursos de Engenharia de Transportes do Centro de Engenharias da Mobilidade da UFSC. Engenharia de Mobilidade não é especialização excessiva, é tema emergente no mundo, formação clássica em universidades como o MIT e UCLA e abarca questões ambientais, sociais, urbanas, energéticas, de logística, planejamento de terminais, operação de sistemas, modelos de financiamento, economia, políticas públicas, indústria etc. Há desconhecimento disso no Brasil.

7. Sobre o curso de Gestão Cultural [proposto em versão anterior do PPP e documento de debate]

- Foi mencionado em várias mesas como destoante dos demais, por não ser um curso de pesquisa e projetos territoriais. Contudo, houve consenso da importância da Cultura e das mediações que ela permite para um Instituto que pretende pensar e transformar as Cidades.



- O Historiador Célio Turino propôs que a Cultura permeie todos os cursos, como forma de sensibilização dos estudantes a diversos problemas que a técnica dura não é capaz de reconhecer por si só. A Cultura no Instituto é elemento de humanização dos tomadores de decisão e definidores de projetos;
- Célio Turino considera que ela ficaria fragilizada sem um curso aglutinador e sugere a denominação de Mediação em Políticas Culturais, que abarcaria também aspectos de comunicação social como mediador de políticas públicas e de democracia participativa, entre outras;
- Ricardo Moretti sugere que as Políticas Culturais não deveriam ser um curso isolado, mas tal como propôs para Engenharias, deveria ser uma ênfase num curso mais generalista. Sugere Administração Pública, que pode ter como uma de suas ênfases ou habilitações a Gestão em Políticas Culturais.

8. Sobre cursos noturnos e seus estudantes, bolsas e integralidade

- Todos os que abordaram o tema reconheceram a importância dos cursos noturnos para que a Universidade receba estudantes trabalhadores. Contudo é necessário garantir sua permanência com fortes políticas afirmativas e de bolsas, de modo que possam estudar não apenas a noite, possibilitando curso integral (dada a carga horária grande de engenharias e arquitetura) e reduzindo o desgaste a que são submetidos entre trabalho-ensino sem descanso;
- Os alunos do noturno tem perfil diferenciado, relação com trabalho e experiência de vida que precisam ser mais valorizadas na Universidade. Devem ser incentivados a ingressar e a permanecer. Se o vestibular for para período integral esse público não se candidata;
- Política de bolsas pode estar associada a Extensão, Pesquisa e/ou Residência em Cidades, como proposto, com valores condizentes para que o estudante possa estudar sem trabalhar, em período integral, como ocorre nos exemplos citados da UNILA e da proposta das Engenharias na Zona Leste, na gestão Marta Suplicy.

9. Sobre a relação com a Zona Leste e movimentos populares

- Houve consenso de que a Zona Leste é a grande interlocutora, fomentadora e “laboratório” de pesquisa e práticas. Como cidade ainda em parte por se fazer, e espaço dos trabalhadores na metrópole, tem um grande potencial para pesquisa e implantação de políticas e tecnologias urbanas democráticas e inovadoras;
- Professores e estudantes devem ter conhecimento das lutas sociais e da história da Zona Leste, devem ter a disposição da permanência no local, nas atividades nos bairros e com os moradores, no diálogo permanente para construir uma universidade aberta e participativa;



- Há enorme decepção com os rumos da USP Leste, como relata Ana Martins. Tanto com os cursos quanto com o distanciamento dos movimentos e demandas da Zona Leste e, por fim, a contaminação e fechamento atual do Campus. Espera-se que a Unifesp faça diferente;
- Prof. Ricardo Moretti comenta que há debate nacional hoje para que o sistema de cotas para alunos de rede pública possa levar em consideração a localização das escolas, de modo a atender alunos locais. Isso é interessante para a UFABC e também para a Unifesp, que poderia debater a questão que é tão reivindicada pelo movimento da Zona Leste.

10. Outras modalidades de ensino e importância da extensão

- Foi discutido em diversas mesas o alinhamento da Universidade e seu alheamento em relação as necessidades do povo brasileiro. Formas de superar parcialmente esse problema foram mencionadas, como: relação com o entorno, Extensão universitária forte, política de permanência, política de cotas para ensino público da região, aulas em praça pública, aulas em casas e espaços residuais da região, diálogo permanente com a sociedade e movimentos populares;
- A Extensão universitária deve ser valorizada, receber bolsas e favorecer a oxigenação da graduação e pesquisa por meio de trabalhos de campo com as comunidades locais e políticas públicas. Ela é vetor central para um Campus diferenciado, atento às dinâmicas do real e disposto à pesquisa de soluções;
- Política de Residência em Cidades, com estudantes trabalhando em órgãos públicos, ongs, movimentos e entidades civis também é uma forma de aproximar o Campus dos desafios na implantação de políticas públicas.



B. Resumo das apresentações e debates do Seminário

Mesa de Abertura

Reitora Soraya Smaili – Fala sobre diálogo com Haddad e como ele apoiou e tem apoiado a Unifesp. Crescimento da Unifesp e seus desafios. Necessidade de Planejamento. Dificuldades de orçamento, sobretudo para os campi novos. Falta de autonomia de financiamento dificulta o planejamento do crescimento. Desafio do projeto pedagógico vem junto com o desafio de um pacto de viabilidade de abertura do campus. Elogia o projeto pedagógico proposto para o Campus pela comissão mista do CONSU. Importância da negociação com o MEC e o MPOG para fazer um Campus de qualidade e não precário, sem passar pelo sofrimento dos outros campi da expansão, com recursos de investimento e servidores na quantidade adequada.

Fernando Mello Franco (Secretário de Desenvolvimento Urbano de SP) – Relata entusiasmo do Prefeito com a Unifesp. Elogia projeto pedagógico que está sendo formulado. A questão urbana é uma dos principais temas emergentes no mundo hoje. Projeto da Unifesp é inédito e promissor e tem potencia incrível. Vai responder a demandas do país. Referência crítica aos modelos de escolas tradicionais de engenharia, arquitetura, geografia que a gente tem. Recorda debate na FAU USP nos anos 1970-80 sobre Projeto como ação transformadora. Naquela época da ditadura havia dúvidas se a lapiseira era instrumento contundente. Hoje o contexto é diferente. Importância da capacidade de projetar, do projeto como articulação de saberes, o desenho junto com modelagens jurídica, financeira etc. Sabemos que planos abundam no Brasil. Dificuldade de empenhar recursos porque carecem projetos estruturados. Na instalação da infraestrutura do país há sempre uma cidade (atrás de cada porto, usina etc). Transformação da urbanidade e da ruralidade em todo o país. Pensar o projeto cada vez mais feito a partir de processos democráticos e participativos. Projeto como campo de pactuação e embate político. Enfim, o Projeto Pedagógico de vocês é muito promissor. Mantém a prioridade na relação com as políticas públicas. Na SDU fizemos a criação de uma assessoria de fomento à pesquisa aplicada. Diferenças entre os tempos do gestor público e o da academia. Auxílio para formulação de políticas dado pela Universidade é fundamental. Instituto pode ser parceiro para pensar nosso projeto político e lugar de vida que é a cidade.

Ana Martins (Mov. Universidade Federal na Zona Leste) – Satisfeita em ver uma mulher a frente da Unifesp. Fala da dificuldade do movimento em fazer seminário durante a semana e horário de trabalho, em geral à noite e no fim de semana é melhor para a população participar. Lamenta ausência do representante do MEC como previsto na mesa. MEC tem que se comprometer cada vez mais. Passos nas articulações do movimento com a Unifesp tem que ser garantido com o novo



ministro Paim. Parabeniza os presentes por estarem interessados em refletir nova localização e novo perfil de universidade. Universidade em geral é pouco compartilhada com os segmentos populares. UNESP, no interior de São Paulo, que é descentralizada em 26 cidades, é mais integrada com a sociedade do que as universidades muito centralizadas como a USP. Projeto pedagógico vai além de definir cursos e o calendário de implantação. Está num contexto de sociedade que quer se democratizar e avançar. Faz breve relato da história do Movimento pela Universidade na Zona Leste. Movimento é pouco conhecido na universidade. ZL tem professorado pobre, tratado com discriminação, diferente do professorado das universidades. Lembra que em 1983 ocorreram primeiras reuniões em São Miguel com professores da Unicamp e USP para pensar uma universidade pública na região. Seminários de sábado e domingo contribuíram muito. Luta era pela melhoria do ensino como um todo e não só trazer universidade. Lembra, por exemplo, do movimento das mulheres contra taxa na matrícula e da substituição de um cadeião por uma escola técnica. O que transforma a sociedade são os movimentos organizados com apoio dos partidos e universidades. Comenta o movimento por ampliação do número de creches desde 1979 e por cursos de suplências. Em 2004 conquistamos a USP Leste, hoje fechada por irresponsabilidade no modo de administrar. Problemas de contaminação já existentes somou-se ao aterro criminoso com terra contaminada. Hoje 5 mil alunos não estão tendo aulas lá. Com Lula, passamos a lutar também por uma Federal na região. Propõe que façamos um seminário sobre o projeto pedagógico na Zona Leste antes do ato do dia 26 de março. Desafio de garantir a permanência dos profissionais da universidade lá. Para que possam conhecer a realidade. Desafio de fazer a universidade onde estão os trabalhadores, e garantir acesso e permanência. Crise da democracia representativa, das elites. Pelo fortalecimento da democracia participativa, da consciência de justiça, e amor ao povo, de um futuro promissor para o Brasil. Nosso movimento representa diferentes segmentos da população (moradia, mulheres, professorado etc). Queremos seguir participando de todo o processo, construindo um perfil novo, que façamos algo novo, não fomos respeitados na USP Leste. Queremos um conselho com participação.

Primeira mesa: Estado, Políticas e Planejamento territorial.

Ermínia Maricato (*Arquiteta e Urbanista, professora titular da FAU USP. Foi Secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo (1989-1992). Formulou a proposta de criação do Ministério das Cidades onde foi Ministra Adjunta (2003-2005). Foi presidente da Comissão de Pesquisa da FAU USP e fundadora do LABHAB - Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAU USP*) – Como pensar um novo projeto pedagógico com a universidade de hoje, na qual o produtivismo liberal, o Lattes que nos governa, em que cada um está por si atrás de publicação internacional em revista arbitrada. Universidades americanas e professores que vieram de outros países (fuga de cérebros) e se formaram aqui em universidades públicas. Política no país tem que garantir permanência e financiamento para pesquisas de temas



que interessam a todos nós, doenças negligenciadas etc. Fapesp resolveu apoiar a Universidade do Vale do Rio Doce e USP fez parceria com Monsanto. Precisamos nos engajar por uma universidade diferente. Vocês marcaram um gol com a proposta deste Instituto das Cidades, mas vão ter que lutar muito, pelas dificuldades que a reitora falou, e vão ter que ter o apoio permanente do movimento. Esse Instituto é uma necessidade premente para o país. Todo mundo concorda que estamos vivendo uma crise das cidades no Brasil, que é muito significativa, e estamos despreparados para enfrentar essa crise. Vivemos o analfabetismo urbanístico, a falta de conhecimento das questões urbanas. Gostaria que os brasileiros soubessem 10% do que sabem sobre futebol sobre orçamento público, administração pública. O orçamento municipal tem sido aprovado na calada da noite, submetido a lobbies de empresas. Contrata-se obras que contrariam os Planos Diretores. Instituto como o que vocês pretendem é muito importante e proposta apresentada é muito boa, é interdisciplinar e trabalha com graduações existentes, sem inventar diploma que não existe. Tem ligação forte com as políticas públicas. Muito interessante quando reconhece a cidade invisível, ilegal e em risco, para ser tema de formação, tudo que não faz parte da representação oficial da cidade, o mundo esquecido e periférico. Também não ignora o meio físico e o ambiental. Minha sugestão de tema para incluir no projeto pedagógico é a questão da segurança alimentar, que é decisiva hoje, e questão da agricultura urbana e das bordas urbanas. Esse é um tema emergente hoje, inclusive para evitar que o alimento viaje, reduzir agrotóxicos, o latifúndio etc. Movimento muito forte nos EUA e mundial da agricultura urbana nas franjas das cidades. Outra característica acertada do Instituto que vocês propõem é ele se vincular com experiências práticas de projeto, laboratórios, escritório modelo e a residência universitária em cidades. Fiz a proposta na FAU USP e nunca foi implantada até hoje. Mergulho na realidade é absolutamente necessário para quem trabalha com ambiente construído. Nome do Instituto também está ótimo, permite trabalhar com comunidades não urbanas, outros assentamentos humanos que não as grandes cidades. Participei da constituição do Ministério das Cidades no início do governo Lula. Mas o Ministério das Cidades não conseguiu construir uma nova cultura da política urbana, ao contrário, tem retrocedido. Movimento de Reforma Urbana conseguiu avanços, base constitucional, Estatuto das Cidades etc. Temos hoje 20 mil conselhos participativos em todos os níveis. Mas regredimos na política urbana nos últimos anos. Invasão de automóveis é perniciososa, dobramos o número em 10 anos. Morrem 40 mil por ano em acidentes nas cidades. Está diminuindo a expectativa de vida na cidade de São Paulo com a poluição. Temos um boom imobiliário que em 3 anos resultou em aumento de 150% no preço do m², com subsídio federal para o mercado. Tem uma melhora das condições de vida para os mais pobres, mas distribuição de renda não prevê distribuição de cidade (saneamento, transporte, moradia social etc). Melhorar as cidades exige reformas, políticas públicas, mais do que distribuição de renda. Precisamos retomar ímpeto transformador da sociedade. Esse Instituto vai ajudar para isso, é novo, diferente. O que pode ser mais destacado na proposta: a maioria dos problemas urbanos está ligado ao uso e ocupação do solo. É fundamental avançar na avaliação das formas de controle sobre isso. Nosso país não tem tradição de planejamento e controle sobre o solo. Não falta lei e plano para proibir



ocupações irregulares, mas não são aplicados. Mídia fala que falta planejamento, mas os planos preveem tudo isso. O que falta? Falta inclusão social, diminuir a desigualdade e aplicar a lei. Fiz reunião com juízes da Escola de Magistratura de SP e nos disseram que nos cursos de direito não tem formação em direito urbanístico. Os juízes não conhecem, dão ações erradas, prejudicam as famílias em despejos forçados. Direito a moradia é absoluto na Constituição, enquanto o direito à propriedade é relativo e subordinado à função social. Instituto não vai superar a crise das cidades mas pode ajudar a dar os primeiros passos. Alguns foram dados pelo movimento de Reforma Urbana, acreditamos que o Ministério das Cidades também avançaria. A questão do SOLO é a que nos une, é central, deve estar no projeto pedagógico do Instituto em destaque. Trazer para a sociedade brasileira a questão de que é preciso ter controle social sobre o uso do solo, poluição dos rios, lixo etc. Veja-se os economistas, que ignoram o território. BNDES não tem mapa dos seus investimentos. Não percebemos toda a gama de interesses que vai tornando as cidades uma selva, o quanto as empreiteiras dominam o fundo público. Lembra das oito megaobras do Jânio Quadros que Erundina herdou. Planos Diretores não regulam, negociação de políticos com empreiteiros para definir obras. Política urbana vira um monte de obras sem nexo. Por isso formação sobre uso e ocupação do solo tem que estar em todos os cursos do Instituto. Questão da moradia e transportes tem tudo a ver com uso e ocupação do solo. Problemas do modelo de transporte sobre rodas, o rodoviarismo, história da destruição do transportes sobre trilhos. Moradias nas áreas de proteção ambiental, não é porque o pobre quer destruir, vem o Estado e depois criminaliza. O nó da questão urbana é a terra, é o chão urbano. Infelizmente é propriedade privada absoluta, se seguisse a Constituição não seria. Chão urbano é transformado em meio para extrair renda, que está enriquecendo horrores muita gente, e está empobrecendo a população e os poderes públicos, que não conseguem mais desapropriar nada. Para fazer uma creche tem que pagar preço de mercado! Desapropriações de metrô são caríssimas, aliás não sei porque tão grandes. Boom imobiliário empobrece a sociedade toda, é especulação, com dinheiro público, com bilhões de subsídio. Para não desanimar vocês, tivemos no Brasil um período de florescimentos de políticas urbanas e regionais nos anos 1980-90, que estão aí para serem resgatadas e estudadas pelo Instituto. Exemplos: Orçamento Participativo de Porto Alegre, Consórcio do Rio Piracicaba, o Consórcio do ABC, primeiro Plano Diretor de Diadema e municipalização do seu saneamento (frutos da luta popular), política habitacional e assessorias técnicas na época da Erundina, habitação com práticas participativas e de boa qualidade técnica (Recife, BH, Fortaleza, POA, Pará). Mas nossas cidades enveredaram pelo caminho do grande capital, empreiteiras e automóvel. Tem que ter muita garra para lutar por esse Instituto porque o Brasil precisa dele.

Fábio Barbosa dos Santos (*mediador, Historiador e Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Professor da UNIFESP no Campus Osasco, atuando no curso de Relações Internacionais no campus Osasco. Tem experiência na área de História com ênfase em História da América Latina e História Contemporânea. Foi integrante do projeto Bras-Cuba, do*



coletivo Nossa América e atuou com movimentos populares no Jardim Pantanal, na Zona Leste).
(Faz um comentário) – O cubano José Martí dizia que “conhecer é resolver”. Para enfrentar esses problemas vamos precisar desse tipo de abordagem, entusiasmo e análise, para produzir conhecimento. Passa palavra.

Lúcio Gregori (*Engenheiro aposentado da CETESB. Foi Diretor técnico da Emplasa da Grande São Paulo (1975-79), Diretor de Planejamento da Emurb (1971-72), Secretário de Serviços e Obras (1989-90) e Secretário dos Transportes (1990-92) do município de São Paulo. Formulador da Proposta de Tarifa Zero e da Municipalização dos transportes de ônibus em São Paulo na Gestão Erundina. É colaborador do Movimento do Passe Livre (MPL) desde 2005*) – Minha presença com atraso aqui (ficou preso no trânsito vindo de Jundiaí) é a evidência por si mesmo do significado da imobilidade urbana. Tem aspecto objetivo e subjetivo, cansaço, angústia, medo associados à imobilidade. Mobilidade faz parte umbilicalmente ao que chamamos de cidade. Sou profissional da prática, da experiência, não sou acadêmico. Vou falar um pouco da questão da mobilidade. Cidade só tem sentido pela circulação, senão ela é aldeia. Ela surge atravessada pelos circuitos. Cidade é lugar de reprodução da força de trabalho. E ela precisa circular pela cidade. Apesar do retorno da ideia de voltar o trabalho a pertinho de casa, tem que avaliar melhor, a pessoa não poderá mudar de emprego? Evitar a mentalidade de aldeia. Para se opor ao isolamento típico da aldeia e hoje do que a televisão faz, é importante que circulamos, a mistura urbana é que garante liberdade (de circular) e relação ativa com a cidade. O transporte é assim parte fundamental do urbano e para o desfrute da cidade. Transporte coletivo reúne os desconhecidos, nos faz conviver, viver a alteridade, mesmo que nem fale com o vizinho. Janice Cayafa fez entrevistas com passageiros de ônibus no Rio e seu modo de convívio. Urbanismo seria uma área do conhecimento humano que teoriza e executa ações sobre as cidades. Nele a mobilidade é central (prefere o uso de mobilidade do que de transportes). A formação geral básica do Instituto deveria ser em Urbanismo, depois as especializações. Não dá para separar urbanismo de engenharia de transportes, por exemplo, precisam estar muito relacionados. Transporte coletivo deveria ser de ônibus elétricos, campo notável para inovação, indústria nacional etc. Ele não precisa hoje mais dos cabos (trolley). Por que não há incentivo para isso, porque o Ministério das Cidades entrega a política dos transportes a lobbies? Não sei se engenheiros de transportes conseguem visualizar essa possibilidade e todas as conexões da mobilidade com urbanismo, economia, economia política. História da Poli USP e divisão da engenharia civil em 4 (hidráulica, geotécnica, estruturas, transportes). Mas transportes na Poli é diferente da proposta de vocês, lá é muito ligada a projeto de estradas, pontes, túneis etc. Então poderíamos pensar um outro nome para não confundir, como já disse, prefiro “mobilidade” ou “transportes urbanos e metropolitanos”. Outra questão importante na formação em mobilidade é a do transporte das cargas urbanas, a mobilidade das mercadorias nas cidades, de grande e pequena monta (caminhões a motoqueiros), cujas políticas recentes são estapafúrdias. Sem a mobilidade das cargas a cidade para de funcionar. Bem como os terminais, incluindo os de carga, e as hidrovias urbanas. Rio Pinheiros e Tietê poderiam ter



transporte de passageiros e de carga. Recursos hídricos da metrópole foram vinculados a geração de energia elétrica e inverteram curso do Pinheiros etc. No perfil do egresso, incluiria a palavra “gestão” em transportes, além de concepção e implementação. Gerir a mobilidade é uma das questões mais importantes. Nos ateliês acrescentaria estudos bem concretos feitos junto a população. Exemplo: o seccionamento de linhas de ônibus. Instituto deveria discutir junto com a população casos concretos que ocorrem na cidade para modificá-los. Linhas de ônibus representam no inconsciente das pessoas toda uma história afetiva. Mudanças não podem ser feitas sem respeitar isso. Gente tem que ser respeitada, não sistemas, abstrações, numerologias. Comenta a Lei de Proteções de Mananciais, feita quando foi diretor da Emplasa. Era toda baseada em método científico de cálculo de quanto os corpos de água poderiam receber de DBO, DQO etc. Esqueceram que estavam no regime capitalista e o valor da terra foi pro brejo, o que permitiu as ocupações clandestinas. Deu tudo errado, foi uma abstração sem conhecimento da realidade. Por isso é preciso formar o profissional para entender a sociedade ao pensar as soluções, entender o capitalismo e o valor da terra. Outra lei que se descolou do real, de que participei, foi a Lei de Zoneamento Industrial. Naquele momento a poluição por industrialização era um dos problemas mais sérios. Por fim, além do Instituto, só vejo uma forma de atuar na questão urbana: através da política na rua. Não é jogar bomba, matar, mas a política urbana se faz na rua, pelos movimentos sociais e assim voltar às origens do que venha a ser o urbano. A cidade é feita para ser para gente, para pessoas! A gente esquece disso. Cidade não é feita para automóvel e para \$. Daí a angústia da imobilidade e da vida urbana hoje. Sobre o curso Arquitetura e Urbanismo comentou, porque não Engenharia e Urbanismo etc. Essa vinculação de Urbanismo e Arquitetura pode dar margem a equívocos. Prefere, com se disse, o curso de Urbanismo e depois as especializações em engenharia, arquitetura etc.

Fábio Barbosa dos Santos – Essa mesa tem alguma coisa desse Instituto em projeto. Ermínia, carreira acadêmica participação na militância e governos; Lúcio, servidor público; eu como Historiador professor da Unifesp – vejo aqui uma interdisciplinaridade e o sentido político da proposta. Vejo a nossa proposta como uma disputa pelo caráter do Estado Brasileiro. Disputa pelo espaço público, reivindicação da Zona Leste por equipamentos públicos de qualidade. Outra dimensão é o sentido da universidade pública. O caráter específico da proposta, que não é convencional. O que pode dar força política para o projeto é a conjunção das duas dimensões, a luta por um equipamento público não convencional, um projeto de uma natureza singular, diferente da USP ZL. Envolve a discussão pelo sentido do ensino público superior no Brasil. Objetivo do Instituto é atender ao interesse público e não ao mercado. Milita contra a especialização do conhecimento e do trabalho, que traz danos na gestão do interesse público. Também propõe a práxis como ação pensada, não separando trabalho intelectual e manual, aproximando dos problemas do povo brasileiro. Dois comentários sobre a proposta: na dimensão dos intercâmbios e residências, poderia pensar isso para a América Latina, reforçar a identidade, os problemas são similares e a superação dos problemas idem. Também senti um pouco falta da



questão rural, como dimensão dos assentamentos humanos, e é uma questão política candente. Militar pela aproximação do urbano e do rural, sobretudo política. Abre a palavra para perguntas.

Perguntas:

Ricardo Moretti (*Eng. e Prof. UFABC*) – Lucio falou da mobilidade como parte do urbanismo. Pensaria então que em vez de engenharias temáticas, de habitação, de saneamento, poderia ser uma formação única com ênfases. Podemos fazer o resgate de experiência da UFSCar nos anos 1980 com ênfases nos cursos. Ênfases podem ser dadas pela própria residência.

Ana Martins – Pergunta sobre ZEIS e Estatuto da Cidade para Ermínia – conquistas populares que universitários não conhecem. Para Lucio: sobre a convivência nos transportes, ela complementa uma sociabilidade popular, no futebol, na padaria etc. As universidades precisam conhecer mais a cidade, como as pessoas vivem. Senão só faz proposta errada, fora da realidade. Que saber é esse da universidade? Não pode negar a ciência mas precisa adequar à realidade vivida. Instituto é primeira etapa, depois temos que chegar a muito mais cursos, área de saúde etc.

Pedro Arantes (*Pró-Reitor Adjunto de Planejamento da Unifesp e Prof. do Campus Guarulhos*) – Lúcio falou contra a engenharia de transportes ser uma formação do Instituto, uma carreira própria, achando que deve ser restrita a uma ênfase de uma engenharia mais geral, como a engenharia civil. É assim na Poli USP e em várias Polis no Brasil, é o que já existe e não está dando conta. A UFSC lançou recentemente um Centro de Mobilidade em Joinville com diversas engenharias de transportes, é iniciativa pioneira no Brasil. Hoje estamos vendo o travamento das cidades e as gestões públicas reféns de lobbies, cartéis e vendedores, quase todos internacionais, de sistemas de mobilidade, de pacotes. Aí faz e não funciona, gasta-se fortunas com obras desconexas e a mobilidade segue piorando. Está faltando um pensamento nessa área no Brasil, que nos dê mais segurança da racionalidade dos investimentos, de que no futuro teremos uma rede de transportes que funciona, que é fruto de um grande esforço da sociedade em pagar por isso. Não podemos aceitar os desastres que estão sendo feitos. O PAC Mobilidade tem muitos problemas. Temos que ter um pensamento forte nessa área no Brasil. No mundo inteiro há cursos importantes em transportes, no MIT, na UCLA etc. E o currículo é extenso, com temas ligados a economia política e financiamento do setor, a relação com o desenvolvimento urbano e social, matriz energética, impactos ambientais e na saúde pública, os vários modais e suas conexões, novos equipamentos e sistemas de operação, gestão de todo o sistema (a cargo do Estado e não das empresas), projetos de terminais, logística e transportes de cargas etc. Enfim, há questões muito relevantes para um curso próprio em transportes e o Brasil tem essa demanda, do Estado e das ruas.



Respostas da mesa:

Ermínia Maricato – Tem críticas à luta popular que ficou refém da luta por leis. Tem que se reavaliar, não adianta só lutar por lei, porque lei já temos. Temos lei federal de mobilidade, de resíduos sólidos, de saneamento, Estatuto das Cidades, Consórcios públicos, chega de lei. Movimentos estão reféns da burocracia. Tem que lutar para aplicar as leis de Reforma Urbana. As leis de interesse do capital funcionam. Operações Urbanas e PPPs no Brasil inteiro estão entregando o fundo público para o capital imobiliário. São Paulo foi assaltada nos últimos 8 anos. Conseguimos recentemente barrar túnel de 1,5 bilhões de reais na Água Espraiada que também não passaria ônibus. Diretriz do Plano Diretor fala em prioridade ao transporte público. Logo não pode aprovar túnel que não passa transporte público. Sofremos regressão na política urbana e luta por ZEIS é muito pouco. A questão é metropolitana e do uso do solo, para não cair nas ideias fora do lugar. Impressionante a história contada por Lucio de preservar os mananciais com fórmulas científicas para medir a poluição. Enquanto isso os mananciais estão sendo ocupados por loteamentos clandestinos. Interdisciplinaridade no Instituto tem que ser dada com uma formação comum sobre a produção da cidade. Todas as áreas têm que ser ligadas ao meio físico. Vocês colocaram cultura como uma proposta de curso. Por que não saúde, educação? A unidade do Instituto é dada pelo chão, pelo meio físico. Curso de gestão cultural está deslocado. Pegar as carreiras existentes é positivo, mas tomar cuidado para não fazer especialização precoce. Tem que ter base comum forte no início, ligada à produção da cidade. Não é planejamento, é entender como a cidade funciona.

Lúcio Gregori – Se vocês forem fazer a Engenharia de Transportes sugiro que os estudantes desse curso só andem de transporte coletivo, bicicleta ou a pé, essa deveria ser uma regra (rsrsr). Sei que tem os que defendem que é preciso formar o Engenheiro de Transportes e eu acho que tem que formar um Engenheiro genérico, depois você faz a especialização. Tem que saber resolver problema, interpretar, calcular, fazer estimativa, projeções etc. Eu mesmo, em minha carreira de gestor público, passei por transporte, lixo, obras, parques e jardins, saneamento etc. Esse seria o Engenheiro genérico, entende o recorte profissional, tem que ter diploma e registro profissional etc. O Engenheiro genérico poderia ser o Engenheiro Civil, que depois faz especializações. Na Medicina primeiro ele sai Médico, depois ele faz a especialização. O Médico, mesmo sendo especialista, teve a formação geral. Na Engenharia poderia ser assim. No Brasil tem gente que sabe fazer a parte técnica de transportes, todos os cálculos, o que não tem é gente que acopla isso com uma visão crítica do mundo. Ele faz de forma favorável ao sistema, ao mundo que a gente vive e não para pensar criticamente. Acho que pode ter um curso básico de urbanismo e depois ele faz as ênfases. Ele sabe que ele está lidando com algo chamado cidade. Então contextualiza o conhecimento técnico posterior, para não tomar decisões descoladas. Brasil tem conhecimento em transportes, ANTT sabe tudo sobre questões técnicas, só que raciocina com uma cabeça



convencional. A questão é a problematização da situação, para saber tomar a decisão política correta, tomadas a partir de uma visão da sociedade em que você está e não a partir de fundamentações técnicas que você tem. Não existe especialidade que não esteja vinculada a uma forma de entendimento de como ela é utilizada para reproduzir um sistema que aí está. O personagem tem que entender a engrenagem na qual ele vai ser utilizado. Para pôr sua especialidade a serviço deste ou daquele direcionamento. Outra questão é a inserção profissional. Onde vão trabalhar? Na Gafisa? Ou na Empresa de ônibus do Nenê Constantino? O que ele vai fazer com o que aprendeu. Temos que saber onde vão trabalhar. Senão formamos um bando de neuróticos, que têm uma visão crítica mas não vão realizá-la no mercado, tal como ele funciona hoje. Como esses profissionais transformam as empresas? Ou as empresas vão mudar a cabeça deles? Sou então adepto de um Engenheiro genérico ou um Urbanista genérico.

Segunda mesa: Urbanização, cultura e produção social do espaço.

Maria Adélia de Sousa (*Geógrafa, com doutorado em Geografia pela Sorbonne, é professora titular aposentada da USP continuando no seu Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Tem experiência na área de Planejamento Urbano e Regional. Produziu pesquisas no âmbito do Sistema de Justiça do Brasil, Uma releitura da Geografia da Fome, Uso do território pelo SUS - Sistema Único de Saúde*) – Fico muito feliz com o Instituto proposto, com novos métodos de abordagem, e estou disposta a colaborar com essa criação. Sou geógrafa, sou generalista, estrategista. Estudo São Paulo há mais de 40 anos. Fui convidada a fundar uma universidade interdisciplinar, a UNILA, da qual fui Pró-Reitora de Graduação, cujo projeto de fundo também é similar ao proposto pelo Instituto, por ser temático. Nosso tema era América Latina, o de vocês são as Metrôpoles, cujo laboratório principal deverá ser a própria região metropolitana de São Paulo, a segunda maior do mundo. Vou ficar de olho nesse Instituto, vou torcer muito para que ele vingue, é uma necessidade no ensino superior brasileiro, encarar os problemas do Brasil a partir de alguns recortes que abarcam a totalidade. Questiona o nome preliminar dado ao Instituto (Cidades e Assentamento Humanos). Hoje a questão é a metrópole e não mais a cidade. Também não acho bom o termo assentamento, pois assenta-se tijolo e não seres humanos, porque o ser humano é móvel na sua essência. Instituto não pode abrir mão da avaliação desses conceitos, de um nome certo, e podemos aprofundar depois com a comissão. Coordenei o primeiro Plano de desenvolvimento urbano do Brasil, o primeiro de São Paulo e também os Planos de desenvolvimento regional. Coordenei mais de 100 Planos Diretores, além de plataformas de governo. Daí um aprendizado de qual tipo de profissional seria interessante para fazer esse tipo de ação estratégica sobre as metrôpoles. Estudos sobre a Zona Leste, sobre o local em que o Campus se encontra são importantes, mas não suficientes. Não pode se preocupar só com a Zona Leste, que é produto do mundo. Resultado de um movimento de modernização/totalização que ocorre nos lugares. Tem que incorporar a totalidade como critério de reflexão e do que está acontecendo



no real concreto. Tem que incorporar na prática a interdisciplinaridade, que é uma característica da cidade. Mas o acadêmico tem que ser disciplinar, para poder conversar com o outro. Interdisciplinaridade se dá nas práticas, não numa formação genérica. Concordo com o perfil de egresso que vocês propõem, com a ideologia do enunciado, mas tem que avançar no perfil acadêmico dele. Proposta: “o egresso tem que ter competência teórica e técnica e comprometimento ético e político com o conhecimento e lidar com uma metrópole do porte de São Paulo.” Mas não deve ficar só em São Paulo. O Instituto deve ser um Centro de excelência em relação ao estudo e práticas sobre o processo de metropolização, que é o problema mais agudo da urbanização no mundo inteiro contemporâneo. Esse formando/profissional deveria ser capaz de produzir “Análises territoriais”. Não dá para trabalhar com setores (habitação, saúde, educação). Ele tem que ter uma visão integrada e a unidade é dada pela análise das relações no território, do território como relação. O território é uma dimensão política. Milton Santos propôs o conceito de “território usado”, pois espaço é um conceito abstrato de relação entre objetos e sistemas de ação. Há uma indissociabilidade entre o ambiente construído e sua intencionalidade. Tudo está impregnado de intencionalidades, não só dos projetistas, mas também dos usuários. O importante é que há um movimento. Território usado é mais que um palco, o espaço sou eu em relação com os objetos. Importância política na disputa pelo uso do território e dos impasses colocados pela propriedade privada. Usos permitem um diagnóstico para tratar de uma metrópole travada como São Paulo. Este profissional tem que saber cartografia temática e a geografia nova, dialética, processual. No território se constroem os pactos sociais, que são pactos territoriais. Contrariando os pactos funcionais (habitação, transporte etc) que são os pactos hegemônicos. Moradores querem tudo, e território é uma totalidade/unidade, não querem soluções fragmentadas. Além disso, esse profissional formado pelo Instituto tem que compreender os usos, e não só descrevê-los, como fazem 90% dos geógrafos. Qual o problema hoje de São Paulo? É o processo crescente de desigualdade sócio-espacial, que é inaceitável. Apresenta em slides diversos mapas temáticos de São Paulo (mapa de renda, homicídios, moradores de rua, demanda de creche, crescimento demográfico, de localização de pessoas com dificuldades de enxergar, feito a partir dos microdados do IBGE). Planejamento tem que dizer onde realizar as políticas, hoje temos condições de fazer mapas muito refinados, com cruzamento de múltiplas variáveis no espaço. Apresenta mais mapas com cruzamentos de variáveis (ex: mulheres e delegacias da mulher etc). Profissional tem que saber fazer estudos territoriais complexos, para resolver problemas de conexões, centralidades, mobilidade etc. Os “transporteiros” (Engenheiros de Transportes), de que falou o Lucio Gregori, tem mania de trabalhar sozinhos. Uso do solo e mobilidade tem que andar juntos. Temos conhecimento setorial sobre São Paulo refinadíssimo mas não temos profissional que saibam definir estratégias territoriais a partir disso. Isso tudo ele só pode fazer com práticas interdisciplinares, em atelier e laboratório, como vocês propõem. Compara seu modelo de definição das 7 áreas mais precárias de São Paulo com o projeto do Arco do Futuro que adensa em torno das avenidas marginais. Quando constrói nos eixos você trava, ao invés de fluir. Arco não passa por nenhuma das 7 áreas que estão no limite da sobrevivência em São Paulo. Profissional



tem que ter condição de elaborar projetos urbanísticos. É preciso fazer negociação política com a população para propor ideias novas, e a Universidade tem obrigação de fazer isso. Mostra imagens de São Mateus do futuro com o monotrilho. Este Instituto tem que formar pessoas para conduzir processos como esse. Tem que saber montar sistemas de governo e entender de governo, senão não vai conseguir propor nada. Incluindo conhecimento da informática e administração. Sistemas de governo hoje devem ser descentralizados, territoriais e eletrônicos. Como disse Ermínia, não precisamos mais de leis, precisamos de algumas regulamentações, implementação e princípios de compreensão do território. Interdisciplinaridade no Instituto proposto deve estar baseada numa práxis. Um problema para a prática acadêmica tradicional, ter disponibilidade para fazer isso, aprender e fazer contribuição setorial. Apresenta proposta de interdisciplinaridade da UNILA (espiral de interdisciplinaridade, rigorosamente planejada, senão vai dar errado, não basta enunciado interdisciplinar para fazer frente às velhas práticas uspianas). Nomes novos para os cursos são um problema, porque MEC não aprova. O MEC tem suas regras, não é muito favorável a fazer coisas novas, vocês vão ter que saber mediar. Fala do Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território, que envolve geografia, arquitetura e engenharias, na UNILA. Vocês estão no caminho certo, mas não percam de vista que vocês estão na segunda maior região metropolitana do mundo com uma complexidade e riqueza que vão ter que lidar. A unidisciplinariedade tem que diminuir, mas tem que ter o título disciplinar, e fazer a interdisciplinaridade crescer.

Rosana Miranda (*Arquiteta e Urbanista, professora doutora da FAU-USP. Na prefeitura de São Paulo foi arquiteta do Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) de São Paulo, do Departamento de Edificações (Edif) e da SubPrefeitura de Ermelino Matarazzo. Na área de Habitação Popular, trabalhou na CDHU, na SEHAB de São Paulo e na COHAB de Santos. Área principal de pesquisa em Renovação urbana e Arquitetura da cidade*) – Conta do seu trabalho no Plano Diretor de Ermelino Matarazzo, entre 2002-4 com a USP Leste. Dificuldade de ter equipe com quem trabalhar nesse Plano, na subprefeitura. Chamamos profissionais de todas as áreas da subprefeitura (saúde, educação, cultura etc) para começarmos a discutir o plano. Objetivo era conhecer a realidade local em profundidade. Material da territorialização produzido pelo posto de saúde e médico de família era incrível, foi nossa base. Fizeram um trabalho com a população e resgataram a história local. Forma de conhecimento do local que não está em livro nenhum ou documentos técnicos da Prefeitura. Conhecimento das lutas e de cada conquista da população. Ana Martins me apresentou toda a Zona Leste de forma incrível. Levanta questão posta pelo Lucio: tem que ter direito de se deslocar pela metrópole, não só morar, trabalhar estudar no mesmo bairro. Ibirapuera, por exemplo, é para todos, não é parque de bairro. Por isso tem que ter metrô lá e não foi permitido, como não foi permitido dentro do Campus da USP, com medo que venha público de fora – a USP continua uma universidade apartada. Democratização do transporte é fundamental na democratização da cidade. População da Zona Leste não tem que ficar só na Zona Leste, viver no bairro tem que ser opção e não determinação. São Paulo tem ruas e nichos



especializados de comércios e serviços, todos têm que poder chegar lá, para emprego, compra, lazer etc. Vetor Leste da metrópole de São Paulo tem pouquíssimas universidades públicas. Se universidade tem dificuldades para crescer tem que olhar pelo lado da população dessas áreas. Linhas de metrô vai atrás da demanda, ele não se coloca como elemento estruturante indutor. Fala da possibilidade (atualmente abandonada pelo metrô) de uma linha interligando Tucuruvi, aeroporto, zona leste, abc. Eixo norte-sul na Zona Leste da Jacu Pêssego é importantíssimo (ligação aeroporto-porto). Localização da Unifesp ali é estratégica para a metrópole. Comenta sobre a discussão de residência em arquitetura na FAU USP. Evitar pensar setorialmente, fragmentadamente. Trabalhei em seis secretarias da Prefeitura de São Paulo e vi que isso precisa ser superado. Unifesp pode colaborar para isso, o Instituto é muito bem vindo.

Célio Turino (*Historiador, escritor e servidor público. Atua junto a movimentos sociais e culturais. Foi secretário municipal de Cultura de Campinas, Diretor do Departamento de Programas de Lazer na Secretaria de Esportes (2001-2003) e secretário no Ministério da Cultura (2004-2010), período em que viabilizou a criação de mais de dois mil Pontos de Cultura espalhados em mais de mil municípios do Brasil*) – Sou Historiador, tenho mestrado mas não venho da área acadêmica. Venho da gestão pública na área de cultura e sou escritor. Zona Leste tem muita história, muita cultura, muita potência. Vocês me perguntam, como a cultura pode transversalizar a proposta do Campus da Unifesp na Zona Leste? Universidade precisa se plasmar com toda essa história escondida, subterrânea. E também com as várias possibilidades de políticas públicas e seus gestos de diálogo com o entorno – com os muros da USP –, é preciso um gesto de generosidade com a cidade. Mancha urbana está totalmente impermeabilizada, Rio Jacu canalizado e destruição da sua várzea, havia mil campos de várzea, picnic, São Paulo a nado etc. E a gente não percebe isso, essa outra relação mais sensível e generosa com nossa cidade. A urbanização de São Paulo, sua impermeabilização, é a causa dessa *secura* que estamos vivendo e São Paulo era uma região altamente aguada. É bom que isso entre na grade curricular, essa relação social com o território, o meio ambiente. E isso é uma relação cultural. A cultura vai apresentar essas pequenas histórias, da relação dos sujeitos com o espaço em que vivem. Vale a pena na transversalização trazer outros saberes, transmitidos de geração a geração entre os povos tradicionais. Ex: gritadores. Rebater a arrogância da técnica, da maneira como estamos fazendo a cidade. Enchente é obra humana, a cheia é de Deus. Nessa grade curricular tem que se discutir isso e as pequenas delicadezas. Estive em Medellin, na Colômbia, que está sendo considerada a cidade mais inovadora do mundo. Era cidade do cartel do tráfico, vivendo em guerra civil, com 7 mil homicídios por ano. Como fizeram para virar a cidade? Fizeram um movimento chamado Compromisso Cidadão, que envolvia movimentos, universidades, ongs. Ao ganharem a eleição da Prefeitura, subiram o orçamento da cultura de 0,7 para 5% como primeira decisão e começaram a fazer pequenas mudanças. A primeira foi abrir o Jardim Botânico, que passou de 30 mil para 2 milhões de visitantes. Fizeram a instalação de banheiros públicos, com mosaicos, pequenas fontes e quedas d'água, uma praça de pés descalços onde pessoas pisavam em seixos, na areia. Tratavam bem as pessoas, o que é



fundamental para construirmos um outro processo de conhecimento e outro processo de vínculo social. Que a cultura afete esse conjunto de produção de conhecimento sobre as cidades. Não precisa afetar disciplinarmente, ela vai ter que permear com delicadeza todas as formações, entrar na alma das pessoas. Isso não se faz com palestra e disciplina, se faz na vida cotidiana. Assim que a cultura vai transversalizar. Talvez vocês precisem ter um departamento de cultura, mas tem que ir além da gestão, do império da técnica. Sensibilidade da cultura e da arte não é gestão. Gestão de cultura dissociada de arte não funciona. Hip-hop e repente na Zona Leste tem que (en)cantar a Universidade. Cultura tem o papel de funcionar como fio de Ariadne no labirinto do Minotauro. Esse é o fio da cultura e da história. Precisa estar transversalizando esse processo todo. Grandes transformações só se fazem de dentro para fora, de baixo para cima, reconhecendo a potência de cada pessoa. Temos que identificar quais são os pontos de potência. Unifesp Zona Leste tem que funcionar como uma agulha de acupuntura naquele local. Cada disciplina tem que encontrar os pontos vitais de energização da sociedade. Pontos de cultura é uma forma de acupuntura social. Pode começar pelo Rio Jacu. Em cada desafio, seja no design, no interior das casas. Vi em Teresina um grupo de teatro que faz apresentações na casa das pessoas. Tem que chegar nas casas e trabalhar o design dessas casas. Paredes da Monica Nador no Jardim Miriam. Se a Universidade conseguir chegar a esses pequenos pontos de delicadeza com os seus alunos, poderá dar uma contribuição também para o próprio ambiente acadêmico, da Unifesp, do Brasil e do Mundo. No curso de mobilidade e transportes tem que pensar em logística de bens, que fosse um pouco mais amplo. Comprometimento com os empresários de ônibus e empresas de monotrilho levam a opções equivocadas. Como vamos fazer, e pra quem? Parabéns a Unifesp por essa decisão firme e clara. A USP não teve essa decisão, fez uma grade curricular que não atende os anseios da sociedade.

Zysman Neiman (*mediador. Biólogo, Doutor em Psicologia pela USP. Atualmente é Professor da UNIFESP e vice-coordenador no curso de Bacharelado em Ciências Ambientais. Na UFSCar coordenou o Laboratório de Ecologia, Percepção e Educação Ambiental - LEPEA. Presidente do Instituto Physis - Cultura & Ambiente, é líder da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS), e é Diretor da Sociedade Brasileira de Ecoturismo (SBEcotur), uma entidade científica*) –Nasci na Zona Leste e estou muito feliz com o projeto que está sendo proposto da Unifesp na Zona Leste. Papel da Universidade lá será fundamental, para o planejamento local e de grandes metrópoles do mundo. Proposta inclui o curso de Turismo e reconhece que há estudos sérios nessa área e que o curso de Turismo não é apenas de gente que quer passear, viajar. Esse é um preconceito que existe na universidade. O curso de Turismo é interdisciplinar em si, com professores vindos de várias áreas do conhecimento. Dentro do Instituto proposto ele ganha muito, e esse profissionais poderão contribuir com todos os cursos. Mexe com geografia, cultura, fluxos, organização do espaço, meio ambiente. Alocar aqui com os demais cursos é uma escolha feliz e nova no Brasil. Ele estava previsto para outro campus na Unifesp, em Embu, onde ficaria mais isolado. E a Zona Leste tem muita coisa para resolver, é um local fantástico para pensar o futuro das cidades.



Perguntas:

Alberto (Geógrafo e Professor na UERJ). Sou morador de São Mateus, na Zona Leste, e ia estudar na USP, indo e vindo, uma loucura, mas sobrevivi. Particpei dos movimentos locais, jovens da igreja, saúde, e parabeno a universidade chegar na Zona Leste. Pergunto sobre a questão da técnica, que foi aqui pouco mencionada. Não estou fazendo uma defesa dela, mas a técnica não é só ideologia, ela é fundamental na resolução de problemas, incluindo os problemas urbanos. Ao mesmo tempo, precisamos de uma sensibilidade epistemológica no cotidiano. Espero que o Campus se concretize. Seminário é histórico e fiz questão de participar. Fico também em dúvida com a expressão assentamento, pois as pessoas não se assentam.

Ana Martins – Fico feliz com esse debate. Vamos fazer aqui um processo diferente do da USP Leste, que foi feita de cima para baixo.

Jeane Barbosa (Doutoranda em Geografia pela USP). Proposta do Instituto é muito interessante e salutar. Questiono também o nome Cidade para o Instituto. Gostaria que Maria Adélia tratasse mais do assunto. Ao Célio para falar um pouco mais sobre o profissional gestor de políticas culturais.

Florianita Coelho Braga Campos (Pró-Reitora de Extensão da Unifesp e Profa. do Campus Baixada Santista) – Comenta projeto pedagógico da Baixada Santista. Dos dois primeiros anos interdisciplinares, como bacharelados, e o momento da formação de especialização, que os alunos acabam se interessando mais.

Lucio Gregori – Faço a sugestão de inclusão de aulas públicas na rua, como forma de tirar a Universidade dos seus muros. Tive essa experiência com o MPL e o potencial é enorme. Indagação: proposta que precisa tomar cuidado para não cair no romantismo. Vai de encontro ao establishment. Como incluir no currículo a geopolítica, no Brasil estamos beirando a guerra civil nas cidades e o curso talvez mereça reflexão a respeito.

Pedro Arantes – Sobre o nome preliminar do Instituto, as críticas são bem vindas. Temos que acertar no nome, é uma questão importante, inclusive para começar bem e claro para todos. Ele tem que ser compreensível e coerente tanto para a academia quanto para a sociedade. Temos que evitar nomes herméticos, muito conceituais. Ana Martins já falou que Instituto é algo que assusta. Cidade é uma palavra que todos sabem o que é, os movimentos lutam pelo direito à cidade. Mas, de fato, hoje o tema é a explosão-implosão das cidades, como diz o Lefebvre, e essa urbanização sem urbanidade. A metropolização é mesmo uma questão chave. Mas queremos que o Instituto possa também tratar das outras formas de povoamento, que não só a grande cidade, mas a rede



de cidades médias, as vilas rurais e ribeirinhas, quilombolas, aldeias indígenas etc. Por isso adotamos o nome que é hoje internacionalmente reconhecido, desde o encontro da ONU na Habitat 76, de “human settlements”, assentamentos humanos. Não são os homens que estão assentados como tijolos, mas sim suas relações que se cristalizam em ambiente construído, em fixação. Essa dialética entre mobilidade e fixação tem que ser refletida, além da relação urbano rural e suas hibridizações, contaminações recíprocas, como disse a Ermínia, que aliás tem um Laboratório de Assentamentos Humanos na USP, ao tratar da agricultura urbana, da segurança alimentar nas franjas da cidade. Enfim, temos uma questão importante a discutir sobre o nome do Instituto. Para o Célio, queria reforçar a pergunta sobre o lugar da Cultura. Ermínia falou da dissonância do curso de Gestão Cultural na proposta pedagógica. Queria que Célio nos ajudasse a pensar se a Cultura poderia ser envolvida na formação do Instituto como eixo formador comum ou como curso independente. As demais disciplinas têm formação prática mais comum, projetual, de definição de ações e estratégias territoriais, físicas etc. Por fim, pediria a Maria Adélia para falar um pouco mais sobre a localização da geografia nas áreas de conhecimento da universidade, ora junto as humanidades ora junto a ciências da terra (como geologia, biologia etc).

Respostas:

Maria Adélia – Para mim, Cidade é local de reprodução do capital, é lugar da morte, desespero. Cidade foi criada como finalidade em si. E assentamentos humanos, se é nome da ONU, pior ainda, não temos que seguir ONU ou Banco Mundial. Pensei em nomes para o Instituto, que é interdisciplinar. Um deles poderia ser “Instituto de estudos estratégicos da metrópole”. É para também formar gente para agir. Instituto temático tem que estar voltado para a ação e não para a teoria acadêmica tradicional. Tem que ouvir todas as pessoas e injunções políticas. São Paulo precisa de quem saiba compreendê-la e lidar com ela, observando a participação democrática e descentralização. No formato das ações acadêmicas a gente tem que inovar. Na UNILA nós tivemos que considerar a diversidade latino-americana – conjunto de seminários de reflexão e ação cultural obrigatória para todas as formações. Pergunta dos pais de alunos na UNILA: “mas quando vocês vão dar engenharia para o meu filho?”. Ele não pode ser um engenheiro qualquer. Ele tem que ser capaz de atender as demandas do continente americano. Itaipu queria engenheiros de grande estruturas. Nossos engenheiros têm que ser de microestruturas, atuar onde o povo está. Instituto da Unifesp pode fazer exemplificação a partir de cidades latino-americanas, como propôs o Fabio Barbosa na mesa da manhã. O profissional que vocês formarão tem que ser um ativista, um especialista em mobilização social. Tem que ter essa competência e não só na base da prática político-eleitoral, ele tem que ser um mobilizador. Além do perfil voltado para problemas metropolitanos, não é um geógrafo ou engenheiro qualquer. Ele tem que ser trabalhador de excelência da metropolização. É esse o cara que o mundo inteiro está precisando. Se a gente formar esse profissional a gente vai ajudar muito. Geografia no Brasil é uma porcaria, apesar de termos tido grandes geógrafos. Temos que mudar isso. Nós estudamos as técnicas, o



mundo formal em que as pessoas existem, é uma filosofia da técnica. Nós somos das ciências humanas, quem sabe da história física do planeta são os geólogos. Para uma disciplina nascer ela precisa ter um objeto real, imanente. O resto são técnicas e funcionalizações. O urbanismo para mim é uma técnica. O turismo é uma funcionalização, cabe no Senai e não no Ensino Superior. Uma disciplina precisa ter um objeto de estudo que ocorre na realidade concreto do planeta. Sobre o lugar da geografia, na UNILA eu consegui que ela fosse entendida como uma filosofia da técnica. Explicar uma paisagem é entender o porque das materialidades. A quem interessa X ou Y? Objetos, ações e intencionalidade. Milton Santos politiza o conceito de espaço. Outro nome possível: “Instituto de estudos estratégicos da dinâmica de uso dos lugares.” Entendendo-se Lugar como espaço do acontecer solidário. Lugares são cimentados pela cultura, que não pode deixar de entrar na proposta, como afirma o Célio, mas tem que saber como. Tenho uma Biblioteca particular de 10 mil exemplares sobre desenvolvimento urbano. A Unicamp não quis. [Plateia se manifesta: “nós queremos para a Unifesp!” Maria Adélia ri e diz que precisamos negociar]. Comenta exposição no Pompidou, em Paris, sobre a vida na cidade, chamada “Urbanidade, como viver bem na cidade” – das melhores dos últimos tempos, deem uma olhada. Para responder ao Alberto, José Ortega y Gasset fala sobre a questão da técnica, não como domínio das necessidades, mas de melhoria das condições de vida das pessoas, produto do trabalho humano que precisa ser socializado. Sobre o romantismo que o Lucio falou, eu chamo de utopia. Só uma forte utopia pode fazer esse Instituto acontecer, como foi a origem da UNILA. Acredito que o mundo caminha, apesar de tudo, para o socialismo e que a história está acelerada e avança rapidamente. Milton Santos falava da tomada do espaço público pelos pobres, que ficaram a margem da volúpia da tecnologia; quando esta chega a eles, eles fazem diferentes, como o hip hop faz. Por isso é cada vez mais difícil enrolar o povo na política. Sociedade brasileira tem a coragem de tentar, mostrou isso no ano passado. Acredito no que o Milton falava de período popular da história, nessa avalanche que vem aí.

Célio Turino – Sobre o profissional cultural na proposta de vocês, eu sugeriria trocar a palavra “gestão” por “mediação” cultural. Deve ser um profissional capaz de interpretar seu entorno, e um mediador em políticas culturais. Talvez aí valha a pena. E um mediador também como a Adélia falou, mediador das políticas participativas. Importante também não ser relegada a dimensão Arte. Arte acontece a partir do fazer, interpretar, sentir. Ver como apurar os sentidos. Um bom curso de mediação e políticas culturais incorporando um caldeirão de cultura. E a Zona Leste é um caldeirão fabuloso para isso. Web TV, teatro em rede na AL (montagem do Quixote em 14 países com o Pombas Urbanas etc). Vai se encontrar lá muita coisa. Há que ter esse curso para que ele transversalize também. Do contrário vai ser difícil. Faz a crítica ao auditório do seminário, sem janelas, gasto energético etc. Feito assim porque não há mediação cultural, não há sensibilidade coletiva.



Rosana Miranda – Fala sobre seu doutorado na FAU USP sobre o bairro da Mooca, onde passou a infância. Tinha na memória que foi muito feliz nos 9 anos que vivi lá. O que aconteceu com a Mooca desde então? Fala da história do bairro e suas diferentes camadas históricas, da greve de 1917 às pequenas histórias. Os arquitetos têm que ter visão abrangente, não basta fazer o projetinho, tem que saber ler a paisagem. Tamanduateí é rio importante da história da cidade, tem que destapar. Falta de espaço para as creches, como vamos fazer? Na universidade vai ter creche? Não dá mais para trabalhar o conhecimento de forma fragmentada. Projeto de arquitetura não pode ser só objeto para ser admirado.

Terceira mesa: Modelo de integração interdisciplinar em Cidades: disciplinas de projetos, suas teorias e métodos.

Virginia Junqueira (*mediadora. Graduada em Medicina pela UFMG e doutora em Ciências pela USP. Atualmente é professora da UNIFESP, no Campus Baixada Santista, é coordenadora do Eixo Comum Trabalho em Saúde e atua principalmente nos seguintes temas: formação interdisciplinar para o trabalho em saúde, planejamento e avaliação no Sistema Único de Saúde, com ênfase na investigação das desigualdades em saúde*) – Estou feliz em estar neste seminário e nesta mesa, que permite o diálogo com o projeto pedagógico da Baixada Santista, que tem ênfase na questão da desigualdade social e políticas públicas. Mas falarei disso ao final, passo a palavra aos convidados.

Mauro Zilbovicius – (*Engenheiro, Professor-Doutor da Escola Politécnica - USP e Assessor do CNPq, da FAPESP e da CAPES. Foi Presidente da Fundação Vanzolini e Diretor da CET na Gestão Luiza Erundina. Foi coordenador do Projeto Pedagógico das “Engenharias na Zona Leste”, proposta de três cursos superiores de engenharia em Universidade pública municipal na Zona Leste, durante a gestão Marta Suplicy, não implantado*) - Acho muito interessante a proposta do Instituto da Unifesp. Vou falar de como é a experiência de formar engenheiros hoje. Resume seu histórico de professor há 21 anos na Poli. E também irei falar da proposta das engenharias na Zona Leste, da época da prefeitura Marta Suplicy. O que tem que fazer parte da formação do engenheiro hoje em dia? Relação entre engenharia e ciência é tema chave. O que é a aplicação prática da ciência na engenharia/tecnologia? Como deve ser aprendida? Mas vamos além da definição corriqueira de que o engenheiro é o cara que aplica ciência para fazer coisas. O que deveria caracterizar é a aplicação de métodos científicos ou outra coisa? Estamos discutindo isso na reforma curricular da Poli USP também, da qual participo. Na definição corrente o engenheiro precisa ter como formação básica as ciências. Mas engenharia é só isso? Ciência básica é condição necessária, mas é suficiente? Melhor maneira de formar um engenheiro não é começar com essa formação. No começo tem que vir o problema e não a ciência pura. O engenheiro tem que ter compromisso com



o problema e não com uma teoria a priori. Tem que saber ler/compreender o problema. Empresas de engenharia/consultoria hoje já tem a solução antes do problema, no máximo adaptam e em geral adaptam o problema à solução, para ser vendida. Isso é muito ruim. E também não pode vir a teoria antes do problema. Problema tem que ser o centro pedagógico. Não quero com isso defender apenas a empiria, mas desenvolver a teoria a partir do problema. Começamos com o problema, mas não paramos nele, evidentemente, tem história, tem ciência (e não só as ciências duras, mas também as ciências humanas devem ser chamadas). A engenharia é assim um ponto de vista a respeito do problema, e do mundo. Engenharia quando bem exercida é identificar e resolver problemas e isso requer projeto. Projeto é o modo de operar do engenheiro. Aí ele precisa saber onde está o conhecimento necessário para resolver as situações que ele não conhece. Situações já resolvidas não são engenharia. Aqui entramos também no debate sobre inovação. Na prática estou dizendo que não adianta ensinar cálculo 1, 2, 3 e 4 se não tem prática. Por que aprender cálculo? Como juntar o cálculo da integral tripla com um problema real? O aprendizado precisa estar ligado a um problema desde o começo. Pedagogia da engenharia é um debate em todo o mundo. Problema exige teoria, conhecimento e a capacidade de ligar coisas que não são evidentes. E é fundamental a capacidade crítica. Todo engenheiro tem que ser crítico. Ele não pode estar satisfeito com a solução já existente. É muito fácil usar as soluções velhas, que não resolvem, mas estabilizam a situação. Atual diretor da nossa Poli fala da dificuldade de formar engenheiros que poderão atuar como engenheiros por 50 anos, qual deve ser o perfil? Para mim os elementos chave são estes: capacidade de formular os problemas e experimentar o tempo todo, ter capacidade empírica. Seria um engenheiro genérico, como disse ontem o Lucio Gregori? Quanto mais genérico melhor, mas não dá para inventar sem um problema objetivo, circunscrito. Formar o mais genericamente possível a partir da melhor formulação do problema. Por isso é muito interessante a proposta de vocês da cidade ser tomada como o problema macro da formação, com série de outros problemas interligados. O estudante vai se deparar com um problema complexo e mesmo depois pode trabalhar noutras áreas. A capacidade de formular problemas e buscar soluções vai ser bem treinada com a cidade, com esse engenheiro urbano. Então ele vai ser engenheiro, antes de mais nada. Ele vai ser engenheiro urbano, mas também generalista. Não vamos segmentar em engenheiros elétricos, mecânicos etc – até isso já foi superado com a mecatrônica. No Brasil, a habilitação especializada fragmenta a visão do problema e impede a solução correta. Os problemas não são só mecânicos ou elétricos, como no exemplo que dei. O estudante precisa ter formação em ciências sociais, porque ele vai ligar pessoas o tempo todo. Mas ele não vai sentar numa classe e ouvir aula convencional de ciências sociais, ele vai ter que relacionar a ciência social ao seu problema. Bom, meu tempo acabou, depois falo um pouco do curso das engenharias na Zona Leste, que era um curso cooperativo.

Ricardo Moretti (*Engenheiro, mestre em Engenharia de Solos pela Universidade de São Paulo e doutorado em Engenharia de Construção Civil e Urbana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor titular da Universidade Federal do ABC. Tem experiência na área de*



Planejamento Urbano e Regional, com ênfase nos temas associados à habitação de interesse social, saneamento, mobilidade, projetos urbanos e prevenção de riscos) – Vou organizar a fala em torno de duas perguntas: 1. como fazer melhor a integração de saberes entre disciplinas, cursos, saber popular e academia. 2. Como ser eficiente no ensino da ciência e da teoria. Tenho formação de engenheiro e relação de amor e ódio com a Poli USP. Detesto a formação de ciência e teoria que tive na Poli. Não tinha conexão da teoria com problemas práticos para os alunos terem acesso. Um professor me deu à época a resposta “vai estudando que depois você vai entender para que que serve”. Não quero mais engolir conteúdo para depois saber do que serve. Concordo totalmente com a fala do Mauro e fiquei muito feliz com ela e com a reforma curricular que estão fazendo na Poli. A proposta do Instituto das Cidades da Unifesp é muito feliz, vocês já propõem o projeto pedagógico a partir da resolução de problemas, como quer o Mauro. Quero defender aqui também a ideia de um Bacharelado Interdisciplinar em Cidades. Sei que vocês têm problema com seus Bacharelados e nós também. Os alunos odeiam o Bacharelado, como eu odiei o ciclo básico da Poli. Mas o problema não está no Bacharelado, mas na forma como ainda se ensina ciências para os futuros engenheiros. Vamos ter que ensinar ciências, sem dúvida, mas de outra forma. Não dá para ter professor tirano unidisciplinar reprovando 80% da turma, isso é tortura. Na UFABC fizemos um grupo de solos em áreas de risco baseado em resolução do problema e pusemos o grupo, com algumas chaves, para desenvolver a solução. Desenvolveram uma carta de susceptibilidade ao risco até um plano de comunicação social. O resultado foi impressionante. Vamos publicar um artigo relatando isso. Acredito piamente na Extensão Universitária, articulada com a pesquisa, como caminho para resolver o ensino de ciências aplicadas. É necessário uma extensão forte para fazer a graduação se integrar com problemas práticos e integração de saberes com a população. O que vocês e nós estamos tentando fazer é na contramão do status quo. Querem hoje saber sua estratégia de cientometria, o que Ermínia falou da tirania Lattes. Como é hipócrita! A gente fala em multi, inter, trans disciplinar mais depois você é medido por especialidade. Exemplo: um artigo meu está sete ano esperando para ser publicado sobre risco de desabastecimento de água. Vejam o tema! E não publicam. Revista de saneamento achava que era tema de gestão de risco e vice versa. Proposta de vocês é admirável porque enfrenta isso, mas fiquem preparados para levar pancada. Fiquei fã da proposta de residência que vocês apresentam resumidamente no documento. No caso da engenharia de transportes, concordo com o Lucio Gregori, eu não criaria engenharia de transportes, mas engenharia civil com ênfase e/ou residência em transportes. O curso de Arquitetura poderia ter ênfase em habitação também, estamos atrasados nisso, continuamos fazendo porcarias. Academia não se aproximou dos problemas populares como devia. Ênfase em habitação e mobilidade é muito bem vindo, são temas importantes do Brasil de hoje. Erro da USP Leste foi fazer cursos que não existem. Também não proporia o curso de Gestão Cultural, dessa forma. Acho mais interessante um curso de Administração Pública com uma das ênfases ou habilitações em Políticas Culturais. E queria defender fortemente o Bacharelado Interdisciplinar, apesar das experiências doídas, o problema são as disciplinas. Um Bacharelado com outra cara. Tem que ter gente que ensina ciência



querendo resolver problemas. Estatística é fantástica, mas a aula de estatística é insuportável. Tem que rever, fazer aplicada. Os ortodoxos que vão para outro lugar. Um Bacharelado para o Instituto de vocês poderia ter o nome de “Tecnologias e Políticas Urbanas” ou simplesmente “Bacharelado em Cidades” que permitisse para o aluno uma formação básica e articulada. Adiar a escolha sobre um curso específico é positivo. Aluno com 17 anos não tem condições de escolher a especialidade. Adiar um pouco essa escolha é muito saudável. Outro ponto polêmico é sobre curso noturno ou não. Pochman falou da tirania que é feita para o jovem hoje que trabalha o dia inteiro e estuda de noite – ele está sendo massacrado. Mas não é possível desconsiderar a necessidade desse curso noturno. Metade dos da UFABC são noturnos. São alunos excepcionais, tem que manter. Mas não defendo da forma como estamos fazendo. Diminuir o número de noites de aula. Se demorar um pouco mais, não tem problema, mas não dá para ser como é, é um massacre. Quem vem fazer engenharia tem uma crença quase ingênua de que a tecnologia resolve tudo. Eu tenho me divertido desconstruindo isso. Tenho brincadeira de resolver o problema em três ou quatro canetadas, como a questão da água em São Paulo. O problema não é técnico, é que a Sabesp distribui dividendos ao invés de investir. O prejuízo social é enorme. É um problema de política, de revolta, de comunicação. Dou exemplo também de transportes, com metade dos carros em São Paulo, reduziria pela metade o tempo de deslocamento em ônibus, dobraria o número de usuários, resolveria o problema. O problema não é técnico, é político, de comunicação social. Passo de vocês é ousado, muito bem-vindo. Estou a disposição de ajudar nesse desafio.

Manoel de Sousa Neto (*Geógrafo pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Mestre e Doutor em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (USP). Foi professor da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atualmente é Professor-Doutor da FFLCH USP. Atua principalmente nos seguintes temas: geografia, história da geografia, geografia política e políticas públicas*) – Sou filho de engenheiro civil, que trabalhava com estradas, na construção da Transamazônica. Nunca pensei em estudar engenharia mas no doutorado eu estudei a história dos engenheiros no Império, como André Rebouças, negro, com as contradições daquele momento histórico. Aprendi que a engenharia nasceu toda ela como engenharia militar, de domínio territorial, estratégias de dominação. Só depois ela se torna civil, pensando questões da sociedade como um todo. Formação politécnica, primeiro formados com erudição em ciências depois as práticas. Os engenheiros no Brasil têm essa formação teórica, aprendem muito com os trabalhadores depois, no cotidiano do trabalho. Isso até hoje. Antes se formavam como engenheiros-geógrafos, era um conhecimento que exigia muito deles saber topografia, cartografia, hidrografia, etc. Perdeu-se depois com a fragmentação e especialização. Separaram saberes que deveriam ser articulados. Geografia foi negada na engenharia, o que causa novos problemas. Geografia que se ensina na escola não tem nenhum sentido também. Tem que explicar como funciona a cidade, como a gente interfere, os processos de conhecimento do mundo. São Paulo é formada por gente de todos os lugares. Ela não é só os aspectos nomeadamente físicos. Cidade não são suas casas e muros mas as pessoas que a habitam.



Diversidade muito grande habitantes e sociabilidade, de mobilidade do trabalho (sob diversos aspectos, incluindo ascensão social), graus de concentração fantástico – lógica de uma cidade corporativa e também fragmentada. Seria possível voltar a utilizar o Tietê? Criar outra sociabilidade que não seja segregadora e autoritária? Qual cidade queremos criar quando se propõe um Instituto como esse? Tem que ouvir o que as pessoas têm a dizer? O que esse Instituto tem a dizer para os negros, indígenas, bolivianos escravizados etc? Não basta planejamento e fazer propostas. Belos projetos naufragam porque não se discute com as pessoas. USP e Unifesp são dois desastres de assentamentos humanos. Caso da USP Leste é escandaloso. Não só pelas áreas contaminadas mas porque a comunidade resiste em ter cursos daquela natureza. Urbanização autoritária. Periferias urbanas, formadas para impedir o acesso dos pobres ao centro. Deslocar as instituições para as periferias tem que ver se não é populismo, como a USP Leste, inaugurada as pressas. Dizem que foi para as periferias, mas nunca foi para as periferias. Não deixa a cidade se apropriar do Campus, na Cidade Universitária impediram metrô e acesso público. Do mesmo modo acaba-se com os saberes do trabalho quando acaba-se com os cursos noturnos. Os estudantes da noite são muito diferentes, tem um grau de consciência da cidade fabuloso, dos processos de mobilidade, etc. Questões que são levadas para sala de aula. Negação desses saberes implica num prejuízo. A gente não houve a voz da periferia. O que há de novo é a periferia que cria. Sistematizamos isso de maneira autoritária, em pacotes e modelos passíveis de serem vendidos e patenteados. E não chega na vida das pessoas. Nós perguntamos qual é o Instituto que elas querem? Como fazer essas perguntas? Quais profissionais queremos formar? Não sei se engenheiros, geógrafos e arquitetos tradicionais. Até pode continuar com essas denominações, mas tem que ver onde é diferente o aprendizado. Até concordo com a formação por problemas mas ela pode ser apropriada por visão liberal. Interdisciplinaridade pressupõem disciplinaridade. Poderia pensar disciplinas comuns dadas por três profissionais diferentes. Exemplo: uma disciplina sobre rios, dada por geógrafo, engenheiro e arquiteto. Paradoxo dos índices de impacto e lattes na universidade na periferia. Vocês estão do lado certo, na contramão da ciência gerida pelo capital. Talvez perguntar aos black blocs, samba da vela, quilombolas, rabequeiros etc para dizer como pensam a cidade seja um caminho. Lógica não pode ser na fé das soluções técnicas, nem do planejamento. Precisa propor uma economia política da cidade. Capitalismo universaliza do ponto de vista das relações mas é muito seletivo na escolha dos espaços, ele concentra. Escolha do local do Instituto, do seu acesso e permanência é importante. Para quem querem oferecer o Instituto? Quem vão ser os estudantes? Podem contribuir para mudar essa cidade. Como fazer um curso que não contribua para tornar ainda pior o que já temos de ruim na cidade, como garantir a vida dos habitantes. Todos falam mal dessa cidade mas não saem. Alguns porque não querem, estão endividados até a medula.

Virginia Junqueira – Faz breve histórico da Unifesp. Ainda uma centralidade grande na área da Saúde e no Campus São Paulo. Baixada Santista tem cursos de saúde e se debate com vários desses problemas que vocês colocaram. Também fazemos disciplinas com professores de várias



profissões falando do mesmo problema. Diversidade de formação de professores na BS é positiva. Trajetórias fragmentadas, contudo, encontram um projeto político pedagógico que propõe um eixo de trabalho em saúde, em que vão ter que ensinar para alunos de seis cursos diferentes. Aceitam mas depois reclamam: “sou muito especializado para dar aulas para alunos de cursos diferentes”. Dificuldade do inter e transdisciplinar. O que encontramos no máximo são equipes multiprofissionais. Estudantes não gostam de coisas comuns, “entrei aqui para ser X ou Y, que história é essa de estudar Z”. Dificuldade de perguntar aos professores e estudantes, porque eles respondem: “não estamos entendendo porque aqui é diferente”. Inter/trans é um esforço diário e não é compreendido. Optamos pelo inter e também expomos os alunos a situações-problemas. Eles reclamam: “você quer nos expor a riscos!”. Mas seguimos acreditando em expô-los a situações reais para também aprender a teoria, essa é uma opção política. Eles não entendem como eles podem se tornar profissionais do ponto de vista técnico de “excelência”, tendo passado por isso tudo. Professores e estudantes não têm essa expectativa, estranham e não entendem... Fazemos a discussão da saúde dentro da seguridade social e tentamos colocar os alunos em situações reais em que a desigualdade é visível, que afetam os direitos. E uma universidade que se preza não pode virar as costas aos direitos sociais, sua importância e de um conhecimento comum para procurar respostas. Somos entusiastas que no Campus Zona Leste façamos algo parecido, aproveitemos da nossa experiência e que saibamos das resistências. Hegemonia da especialização extrema e tecnologia dura, que é necessária, mas não pode ser a única formação, sem prejuízo da generalista, da assistência etc. Não é fácil, mas vale a pena. Abre para perguntas.

Perguntas:

Prof. Valter (Diretor de ensino de Itaquera, Mov. Nossa Itaquera e Mov. por Unifesp ZL) – Todas as falas estão sendo muito interessantes. Queria que o Ricardo falassem mais da proposta de Extensão forte. Entendo como grande vínculo com a comunidade. História de São Paulo a partir dos rios, no caso da ZL, do Itaquera e Aricanduva, é questão importante para o Instituto. Ênfase na moradia, como disse o Ricardo, também é muito interessante. Zona Leste tem muita pobreza e degradação ambiental. Unifesp tem que estar voltada para essas questões. Alunos residentes devem ter relação forte com a comunidade que está mobilizada e luta contra esses problemas à décadas. Estar ombro a ombro, como aliados, podem pensar soluções, o mestre/doutor, o morador/militante. Temos um GT do Observatório de Políticas públicas que queremos desenvolver com a Unifesp para mapear os problemas. Estamos propondo que as escolas da região tenham grupos de estudos sobre o território permanentes. Concluo, na verdade, sem perguntas. Quero saudar esse seminário. É muito bom ouvir essas falas. Seria bom termos falas boas assim lá também, reproduzir esse tipo de discussão na própria Zona Leste para ouvir e falar o que elas acham e sonham.



Maria Angélica Minhoto (Pró-Reitora de Graduação da Unifesp e Profa. do Campus Guarulhos) – Agradeço as falas e a disposição dos debatedores em continuar colaborando conosco. Minha primeira pergunta é sobre a questão da vulnerabilidade social. Quais os desafios de instalar a universidade nessas regiões, suas condições de acesso e permanência? Essa questão se desdobra também na dos cursos noturnos. As Engenharias e Arquitetura tem carga horária grande, de curso integral. Por isso estamos pensando tanto nos cursos de período parcial (noturno e diurno) quanto na possibilidade de integralização com os estudantes fazendo simultaneamente o noturno e diurno. É preciso ter claro quem queremos atender, qual é o perfil do jovem que vai procurar a Unifesp Zona Leste. É uma questão para este e para todos os nossos campi. Em relação ao Bacharelado, há dois problemas para discutirmos. Um é que percebemos que no Sisu o Bacharelado (BCT) não aparece com as terminações nas engenharias, para escolha dos alunos. Isso faz com que percamos interessados. Mas o problema maior é que os estudantes que, ao final, estão conscientes das terminações e escolheram carreiras, também sofrem com a interdisciplinaridade e o fato de não começarem a formação que escolheram. Podemos corrigir o problema de uma opção precoce de carreira profissional com a possibilidade de transferência de curso ao longo da formação. Projetos pedagógicos temáticos, baseados em problemas complexos, como é também o Saúde e Sociedade no nosso Campus da Baixada Santista, tem sempre essa questão a resolver, diferente de campus com cursos mais disciplinares e isolados, que já tem compartimentação convencional.

Javier Amadeo (Prof. Do Campus Guarulhos e assessor do Gabinete da Reitoria) – Proponho aprofundarmos a questão epistemológica do Instituto. Estamos diante de um problema ou de um objeto: a cidade, o urbano, as cidades, a experiência urbana etc? Temos que formular essa questão da melhor forma possível. Para articular esse conjunto de possibilidades e repensar as estruturas curriculares existentes, se elas dão conta. Segundo desafio é pensar um projeto acadêmico intelectual no caminho contrário da visão dominante. Vamos ter desafios diante dos comitês de avaliação, que são muito disciplinares, e acabarão nos penalizado. Concursos também têm essa mentalidade disciplinar. Será que existem os profissionais para um projeto pedagógico arrojado como o que estamos propondo? Como mapear as brechas em que se permita pensar o projeto acadêmico diminuindo as resistências. Instituto para quem? Trata-se de uma nova área do conhecimento que foi resultado do diálogo com o movimento.

Ana Martins – Dia de ontem e hoje nos ajudam a pensar muito, e a solução não vai ser rápida. Na USP da ZL fizemos 11 seminários com o movimento mobilizado e mesmo assim não conseguimos que o Campus levasse em conta aquilo que amadureceu. Foi uma decepção. Não queríamos uma nova decepção. O que Mauro falou serve para todas as profissões. Concordo com o que Manoel falou, de que tudo que é inovação vem do povo pobre, que vive a realidade dura do dia a dia. Universidade como está, parte colabora, mas outra prejudica, porque está muito distante da realidade. Leva muito tempo para reinseri-la na realidade. Para quem vai ser essa universidade?



Conta história de mulheres lutadoras para entrar na universidade. Quem serão os alunos? Mas também, quem serão os professores? Projeto tem que ser amadurecido junto com a população. Tem que ser inserido na realidade. Tem que ter professores que vivem a realidade. Não basta os que pensam na realidade. E o nome Instituto vai assustar o pessoal lá.

Pedro Arantes – Pede para Mauro falar um pouco mais do projeto pedagógico das Engenharias na Zona Leste. Como pensa o diálogo das engenharias com as não-engenharias? Tendência isolacionista dos politécnicos. Caso na UNILA, em que a Profa. Maria Adélia contou do projeto interdisciplinar que está sendo boicotado hoje pelos engenheiros, que querem formar uma Poli separada de geógrafos e arquitetos. Como disse a Ana Martins, uma questão chave é escolher bem quem serão os professores. Seleção não pode ser baseada apenas em título e produtividade. Como o professor que for para lá compartilha o projeto pedagógico e o fortalece, ao invés de destruí-lo? Como ele está em diálogo com a população, com os movimentos sociais permanentemente? Pode ser avaliado pela proposta de um projeto de pesquisa e de extensão, pelo seu histórico relatado no memorial etc., não só por produtividade. Movimentos têm que continuar participando de todos os passos e colaborando, senão o risco é a Universidade dar as costas. Fiquei convencido com a defesa do Ricardo do bacharelado em políticas e tecnologias urbanas. Acho que temos que amadurecer mais essa discussão, e um fórum entre Unifesp e UFABC pode ser positivo. Sobre o diálogo com os movimentos, lembro que temos uma pioneira comissão paritária para propor inicialmente o projeto pedagógico, e que o tema gerador Cidades foi o que mais catalisou as questões que mobilizam historicamente a Zona Leste. Sobre o próximo Seminário a respeito do projeto pedagógico, que será na Zona Leste, temos que pensar em formas de diálogo diferentes do modelo de seminário convencional. Mapear as situações-problemas e sonhos: que cidade imaginam, como provocou o Manoel. Que profissional para pensar/fazer isso queremos formar? E como?

Maria Liduína de Oliveira e Silva (Profa. Campus Baixada Santista e membro do Conselho de Graduação) – Parabeniza seminário. O que está por trás do projeto político pedagógico? Para quem fazemos? Queremos inovar, colocar a pessoa, o sujeito social no centro da proposta. Para pensar como construir uma nova universidade e uma nova cidade. Estamos no bom caminho de não resumir o projeto pedagógico a uma grade curricular. Como inserir a dimensão filosófica e ética dentro das disciplinas? Critica Bacharelado como herança do protocolo de Bolonha. O Saúde e Sociedade na Baixada Santista tem cursos com abordagem comum, sem ser Bacharelado. Achei muito bom que estejamos dispostos a fazer a discussão entre engenharias e ciências humanas. O tema gerador Cidades permite isso.

Cesar Mazzacoratti (Arquiteto, Técnico da Divisão de Infra do Campus São Paulo, Unifesp) -Fala da experiência como professor da UNIP. Conseguir distinguir o que é uma formação generalista de



uma formação genérica. Universidades hoje estão barateando o conhecimento, entregam formação genérica. O generalista tem conhecimento profundo sobre seu tema, da experiência prática, com projetos. Alunato chega muito despreparado, mal sabe escrever e calcular. Esse é outro desafio para se pensar formações avançadas. Há um despreparo imenso no aluno que sai do ensino médio e que tem que ser suprido. Nossos alunos dos campi novos têm perfil mais parecido com o da Unip do que da USP. São muito diferentes do aluno que entra na USP. Vamos formar gente diferente daquilo que se formou na USP. Queremos fazer melhor. Desafio é enorme.

Carlos Bello (Prof. Do Campus Guarulhos e membro do CONSU) – Temos consenso sobre nosso grande objeto: Cidades. Mas sugiro que seja melhor delineado: “compreender como as desigualdades sociais estão no espaço urbano e como transformá-las”. Vamos aprofundar isso no projeto pedagógico: as desigualdades sócio-espaciais. E levantar os temas mais caros que mobilizaram a população da Zona Leste. Para os engenheiros: poderia formar em área básica de urbanismo e políticas públicas e de outro lado nas áreas duras. Seria um engenheiro diferente da Poli mas com as competências básicas iguais.

Susan (aluna da FAU USP) – Sobre a Extensão forte que falou o Ricardo, tem que ser com bolsa digna, para poder entrar na contramão da pesquisa refém das fundações. O estudante recebe a bolsa e pode estudar no noturno sem estar lançado no mercado como mão-de-obra barata. Faz extensão em vez de trabalhar. Pode até fazer o curso integral. Fiz ensino médio em escola técnica, com professores de várias áreas que muitas vezes davam aulas para o mesmo tema. Foi fantástico. É o que o Manoel mencionou. Ultrapassou em muito o que tenho na graduação na FAU. É muito válido misturar.

Respostas:

Manoel de Sousa Neto – O problema é o Aricanduva ou o Itaim Bibi? Acho que é mais o Itaim Bibi. Instituto não pode ficar só olhando a Zona Leste. Tem que estudar como o capital gera as relações sociais e faz sua cidade. Quem torna a cidade vulnerável é o capital. Estudo mostrou que 30% do capital circulante no Rio vem do tráfico de drogas e armas, e vai para o mercado imobiliário. Mas tem também que olhar a Zona Leste com muita atenção. Na Federal de Sergipe criaram cursos antropológicos para entender os contextos locais, mas com todos os professores de fora. Como eles não fazem parte do lugar, sofrem risco até de morte quando vão a campo. A população vê a Universidade como uma agressão ao sítio onde foi instalada. A chegada de um campus novo também provoca a valorização imobiliária, que já chega com o anúncio da instalação. Para os próximos debates deveriam ser convidados membros dos movimentos sociais, sem teto, sem terra. Denominação de “áreas de vulnerabilidade” coloca problema epistemológico. Talvez o melhor não seja um Campus concentrado num único lugar. Pensar um campus que possa passar por espaços já constituídos. Por exemplo: professores que deem aulas nas casas de pessoas da



região, nos espaços residuais. Para os alunos que entram no noturno, tem que se criar uma forte política de permanência, para que possam optar pela integralidade, mencionada pela Angélica, mas com bolsa. Se for de cara curso integral, o trabalhador não entra. Muitos são arrimos de família.. Sobre a questão epistemológica do Javier, Raymond Williams, em sobre o campo e a cidade, pode nos dar pistas. Os problemas não são nossos, dos universitários, mas tem que ser formulados por eles, moradores, movimentos. Quais as questões mais centrais? Como diz Bruno Latour: leio a notícia sobre isso, mas isso tem a ver com aquilo, aquilo com aquilo outro etc. Por isso é importante conhecer, a disciplinaridade é necessária para o diálogo interdisciplinar. Sobre os estudantes, pode ser que eles não sejam da Zona Leste. Sisu deseja a mobilidade dos estudantes e do trabalho de mercado, com Bolonha. Perfil de renda do alunato será provavelmente desigual. Alunos de engenheiros e arquitetura em geral são mais ricos. Já geógrafos serão mais pobres. Isso dá um caldo interessante. Relação entre o projeto e as institucionalidades a que está submetido. Tem que fazer experiência piloto e seminários. Problemas e soluções, como disse o Mauro, a periferia está cansada de fazer. Só que a periferia resolve no campo do ilícito, contra o capital e o estado. Solução criativa e boa mas não é a que o capital quer, então não serve para ele. Fala da política de cisternas. Crítica a Unip, quem sustenta o ensino privado no Brasil é o Estado. Grande redes privadas estão fagocitando as pequenas. Paulo Freire gostava da palavra desafio, ler o mundo, as condições que a gente tem (ele não gosta muito da palavra problema). Aprendi muito nesse debate, foi o melhor que tive em São Paulo, destoa dos coro dos contentes.

Ricardo Moretti – Quero começar com desigualdade sócio-espacial como fio condutor, concordo com o Carlos, esse é o mote. Por isso acho que o Observatório Público, mencionado pelo Valter, deve olhar se as políticas públicas conseguem ou não mexer nessas desigualdades. Tem as que aumentaram, como a do acesso à terra, de que falou a Ermínia. As terras públicas foram transferidas, desde 1920, para mãos privadas. E Manoel falou agora das cisternas, que são eficazes. UFABC entrou de primeira hora, sem muita discussão, sobre entrar no Sisu pelo Bacharelado, como única porta de entrada. A gente tremia de medo com o que ia acontecer. Esse ano tivemos seleção geral de mais de 10 candidatos para 1 vaga. Estamos com alunos muito bons. Também colocamos de cara cota de 50% para ensino público e entramos forte no noturno. Fizemos muita divulgação da UFABC. O aluno entrava no Sisu informado sobre nós. Estamos discutindo a possibilidade de ter cota de aluno em escola pública da região. Seria uma forma de garantir o público local, o que seria muito positivo. Essa discussão está em pauta em vários lugares. Na hora de selecionar professores vai ser de fato um drama, inclusive para o critério de seleção não ser só produtividade, mas é uma briga boa. Nosso curso noturno é uma lição de vida, alunos brilhantes. Ideia do Manoel é boa, entra pelo noturno e viabiliza para eles saírem para o diurno integral com bolsa. Como eu já disse, o corpo não aguenta só noturno, tem que dar para descansar, tem que dar mais tempo. Liduína, acho que dá para pensar um Bacharelado longe da proposta liberal de Bolonha. Dá para fazer composição do Bacharelado com optativas, escolhendo



disciplinas e se dirigindo a seu curso de preferência para terminação já no Bacharelado. Diminui a angústia dos alunos. Dá para pensar um Bacharelado progressista e inspirador. Eu apostaria firme nisso. Nesses primeiros anos o aluno vê os cursos, projetos pedagógicos, professores, laboratórios e aí ele adere. É outro patamar! Também dá para pensar a formação em mais de um curso como o Poli-FAU, com dupla diplomação. E o Bacharelado facilita bastante. Dá para fazer mais de uma engenharia também.

Mauro Zilbovicius – Nosso projeto das Engenharias na Zona Leste com a Marta não foi implantado. Era uma mini Poli, com três engenharias (civil, ambiental e produção), mas poderia ser diferente, com geógrafos, arquitetos e outras habilidades. A questão é o objeto, com um olhar, que não estava posto naquele momento, mas na proposta de vocês está claramente colocado: é a cidade. Questão da desigualdade sócio-espacial já é um olhar específico. Projeto permite e precisa de visões de outros profissionais. Quanto mais melhor. Instituto abarcando várias formações é muito promissor. Na proposta das Engenharias da Zona Leste eram só engenheiros, mas também propusemos os cursos técnicos de nível médio, que deveriam trabalhar nos mesmos projetos, juntos. Formação entre engenheiro e técnico (mestre de obras, por exemplo) tem tudo a ver. Engenheiro não é só o diplomado, é quem faz engenharia. Instituto da Unifesp tem que formar os melhores, tem que disputar a formação com a Poli, porque dá para fazer isso. Não pode ser um Instituto mediano, para gente mal preparada. Tem que aceitar o desafio de concorrer em formação comparável com a Poli, que esperamos mudar, mas tem que ser atraente. Como o Lucio e o Ricardo, também acho melhor Engenharia Civil com ênfases. Pode ser também algo no esquema dos americanos de Major e Minor, formação principal e secundária, ambas certificadas no diploma. Ver como o CONFEA pode reconhecer diante do mercado de trabalho. Formações mais generalistas têm mercado maior. Nossa proposta era de curso integral com bolsa para todo mundo. Manter os alunos estudando é fundamental nas engenharias. Também tem um esquema cooperativo de alternância entre períodos acadêmicos com residência fora da escola, alternando aula e estágio. Diferia do esquema tradicional de estágio. Concordo com o Manoel, planejamento é o capital quem faz. Tem que entender o Itaim Bibi para transformar. Capital planeja, inova, precisa entender como ele faz. Não dá para dizer que é só a periferia que inova. São processos diferentes. Capital é revolucionário (no sentido do Marx). Enfim, temos que formar meninos e meninas nesse instituto, para serem melhores do que os da Poli, e conhecer não só a periferia, também o Itaim.

Reitora Soraya Smaili – Parabeniza o seminário, os organizadores, agradece aos convidados, que espera poderem continuar em diálogo. Comenta próximos passos, junto ao Conselho de Graduação, ao CONSU, ao MEC (termos da pactuação), a Prefeitura (a respeito do terreno) e com o movimento da Zona Leste.